


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0001270-30.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos**
 Requerente: **Katia Regina Viganon e outro**
 Requerido: **Itau Unibanco**

 Juiz de Direito: Dr. **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação de cobrança de diferença sobre o saldo de caderneta de poupança, relativos ao plano governamental Plano Collor II.

Embora se considere a revelia do réu, que devidamente citado e intimado, tenha deixado escoar o seu prazo sem apresentar contestação, o que em princípio renderia ensejo ao acolhimento da pretensão inicial, reputo que o pedido das autoras não possa ser acolhido.

Verifica-se nos autos que os fatos narrados a fl. 2 não vieram acompanhados de um único documento que lhes conferissem verossimilhança.

O simples fato de terem sido solicitados os extratos de eventuais contas de cadernetas de poupança, existentes ou mantidas pelo espólio de Ângelo Viganon, junto à instituição financeira ré, não se constitui em prova

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

minimamente sólida que dê amparo ao reclamo autoral.

Mesmo devidamente intimadas a apresentarem tais provas (fl. 11), nenhuma providência foi tomada pelas autoras, conforme lhes competia nos termos do art. 333, inc. I do Código de Processo Civil.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a presente ação, mas deixo de proceder à condenação das autoras ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de agosto de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA